



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Serviço social e movimentos sociais: um debate necessário

Beatriz Dantas Gomes Bezerra¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a relação do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil demarcando o período histórico da renovação da profissão até contemporaneidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Concluímos que apesar dos avanços alcançados no fortalecimento da relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais a partir da década de 1970, temos uma estagnação desse processo a partir dos anos de 1990, a partir da implementação das diretivas neoliberais que afetam a mobilização e organização da classe trabalhadora, bem como a relação do serviço social com os movimentos sociais em todas as esferas. Assim se mostra necessário e urgente a adesão de estratégias para o fortalecimento desse trabalho que converge com os valores e bases da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Movimentos Sociais. Renovação do Serviço Social.

Social service and social movements: a necessary debate

Abstract: This article aims to discuss the relationship between Social Work and social movements in Brazil, demarcating the historical period from the renewal of the profession to the present day. For that, a bibliographical research was carried out. We conclude that despite the advances made in strengthening the relationship between Social Work and Social Movements from the 1970s onwards, this process has stagnated from the 1990s onwards, from the implementation of neoliberal directives that affect the mobilization and organization of the working class, as well as the relationship between social work and social movements in all spheres. Thus, it is necessary and urgent to adhere to strategies to strengthen this work that converges with the values and bases of the profession.

Keywords: Social Service. Social movements. Social Service Renewal.

1 INTRODUÇÃO

O processo de renovação do Serviço Social possibilitou uma nítida vinculação e compromisso da profissão com a classe trabalhadora. Esse processo foi marcado pelo movimento de ruptura com o conservadorismo e com a tecnificação do trabalho do assistente social. Diante desse contexto, verificamos que o trabalho do assistente social assume uma prática profissional mais crítica, voltada à mobilização social junto a classe trabalhadora. Assim, para compreendermos as tendências

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Saúde Materno-infantil e Atenção Básica em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: beatriizbezerra@hotmail.com.

profissionais, teórico-metodológicas, técnico-instrumental e ídeo-políticas da contemporaneidade, se faz necessário entendermos o passado. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019).

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo discutir a relação do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil demarcando o período histórico da renovação da profissão até contemporaneidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno da literatura que debate a temática, com a finalidade de fundamentar a discussão teórica.

Nesse contexto o artigo que ora apresentamos situa em um primeiro momento como se deu o processo de renovação do Serviço Social e a aproximação desta profissão com os movimentos sociais. Em seguida busca refletir acerca do trabalho dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais na contemporaneidade. E por fim buscamos apontar alguns direcionamentos para o fortalecimento da relação do Serviço Social com os movimentos sociais.

Desse modo, buscamos contribuir com a produção teórica sobre o Serviço Social e movimentos sociais, bem como suscitar reflexões acerca das particularidades que envolvem essa relação e a importância do seu fortalecimento.

SERVIÇO SOCIAL E A LUTA DOS TRABALHADORES: LEGADO HISTÓRICO

A aproximação do Serviço Social com as organizações, lutas e movimentos sociais que pautam a defesa dos interesses, direitos e projetos societários das classes subalternas tem como marco o início da década de 1960 com o movimento de Reconceituação Latino-americano. Essa aproximação foi marcada por um cenário de grande mobilização dos movimentos e organizações da classe trabalhadora que se desenvolveram em meio a um contexto internacional de uma contra revolução preventiva ao capital que teve fortes rebatimentos no continente. É nessa conjuntura de movimentação social que segmentos da vanguarda da profissão passam a refletir o propósito da profissão em face as contradições sociais e sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, operando na direção de romper com as bases tradicionais da profissão. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Nesse momento observam-se no Brasil grandes mudanças no

desenvolvimento do processo reconceituador no continente. No período de 1961 á 1964 temos uma grande mobilização dos sindicatos urbanos e rurais, movimentos populares, setores progressistas da igreja ligados á teologia da libertação e organizações político-partidárias revolucionárias. Os enfoques das mobilizações se direcionavam naquele momento para as chamadas reformas de base, e em concomitância com esse debate que se gesta na profissão, uma perspectiva crítica que servirá de base para a crise do Serviço Social tradicional. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

A utilização da abordagem comunitária realizada por alguns profissionais contribui para uma polarização da categoria, apresentando assim uma primeira materialização dessa crise do Serviço Social tradicional no Brasil. É importante destacar que o processo de industrialização pesada complexificou as demandas de intervenção sobre a questão social, passando a exigir dos profissionais um entendimento maior das problemáticas macrossociais e a sua inserção em equipes multiprofissionais. Assim, buscando a superação do subdesenvolvimento, a intervenção da categoria pautada no método de desenvolvimento em comunidade buscou atender as necessidades e características da sociedade brasileira no período desenvolvimentista. (NETTO, 1996).

É mister ressaltar que esse desenvolvimento foi abortado pela autocracia burguesa que modificou substancialmente o contexto em que ele vinha crescendo, uma vez que esta buscou neutralizar os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização do Estado e da sociedade, acabando assim com a base que poderia dar um encaminhamento a crise em andamento do Serviço Social tradicional. No entanto, com a instauração do projeto de “modernização conservadora”, contraditoriamente desencadeou esta mesma crise. (NETTO, 1996).

Essa crise se intensifica no período de 1960 a 1964 com a problematização do processo democrático na sociedade e no estado, refletindo na profissão nos seguintes aspectos: a) aprofundamento das relações da categoria com movimentos sociais, grupos politicamente organizados e outras instâncias do estado, além do amadurecimento da relação com as equipes multiprofissionais; b) desassociação de segmentos da igreja católica e seu conservadorismo tradicional com a adesão de católicos progressistas de esquerda, muitos deles com ligação ao movimento da Teologia da libertação, com ativa militância política e cívica. Esse setor da igreja teve

forte influência no movimento de renovação do Serviço Social; c) ampliação do movimento estudantil, especialmente nas escolas de Serviço Social; d) a incorporação de um referencial próprio de parte significativa das ciências sociais, principalmente por dimensões críticas e nacionalmente populares. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019).

Durigueto e Marro (2016) destacam que é a partir do final dos anos de 1970 e no transcorrer da década de 1980 que a relação do Serviço Social com as organizações, movimentos e projetos societários dos trabalhadores se fortalece de modo mais orgânico no Brasil, sendo esta relação facilitada por determinações socioconjunturais e teórico-políticas, das quais as autoras ressaltam: a reinserção da classe operária no contexto político nacional em meados da década de 1970, o que restabeleceu o processo político da luta de classes a partir do contexto fabril e incentivou as demandas econômicas e sociais dos movimentos sociais, também em desenvolvimento nesta época, nos processos de alavancagem da derrubada do regime autocrático burguês; a recorrência à teoria marxiana e a tradição marxista, extrapolando a remissão a manuais simplificadores do marxismo por meio de uma crítica que buscava superar as concentrações teóricas mecanicistas e economicistas e em, aspectos políticos, o combate as posturas messiânicas e voluntaristas; a dimensão socioocupacional; a consolidação acadêmica e político organizativa da profissão. São desses pontos que se criam as possibilidades de questionamentos históricos do conservadorismo da profissão e que fundaram a construção teórica do que chamamos de projeto ético-político do Serviço Social.

Dos processos mencionados anteriormente, o político-organizativo e o debate desenvolvido no campo da consolidação acadêmica, da dimensão ideopolítica do Serviço Social alguns destaques devem ser feitos. No fim da década de 1970, os assistentes sociais entusiasmados pelo movimento de revitalização do sindicalismo no cenário brasileiro, começaram um processo de reorganização de suas entidades sindicais e pré-sindicais. Nesse contexto, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), com a finalidade de inserir a profissão no movimento sindical mais geral, assim como suas reivindicações como condições de trabalho e questões salariais, tendo ênfase na pauta da criação de um salário mínimo para a profissão. Foi nesse cenário de mobilização dos assistentes sociais enquanto trabalhadores e trabalhadoras que ocorreu o III Congresso Brasileiro

de Assistentes Sociais (III CBAS), conhecido historicamente como “Congresso da Virada”. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Para Netto (2009) o III CBAS gerou uma categórica transformação na dinâmica profissional no país, rompendo o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional. O autor deixa claro a estreita relação desse fato histórico para o Serviço Social com a reinserção da classe operária na arena política brasileira. Para o autor o protagonismo proletário da época criou as condições para a “virada” que se constituiu o III CBAS - a resistência operária gerou, ao infletir a cena dinâmica política da frente democrática que afrontava a ditadura, as condições para a ruptura, no âmbito político, com o conservadorismo do Serviço Social.

É importante destacar que a prática profissional dos assistentes sociais esteve diretamente atrelada às lutas por direitos sociais e trabalhistas, a partir de 1977, e foi vastamente discutido em nossas entidades sindicais, como pauta dos CBAS, a partir do “Congresso da Virada”, em 1979. A vinculação ao movimento sindical e popular gerou uma referência de organização política aos profissionais possibilitando a rearticulação em apenas 2 anos de 29 entidades sindicais e pré-sindicais, permitindo que os dirigentes sindicais, sob a coordenação do CENEAS atuassem no III CBAS como uma estratégia política. Os dirigentes sindicais participaram do congresso nos grupos de trabalho e viram a insatisfação dos participantes com fragmentação dos debates; a estrutura burocrática do evento; a presença de representantes da ditadura militar na mesa de abertura; a reduzida participação estudantil. Isso fez com que as entidades sindicais coordenadas pelo CENEAS se mobilizassem e assumissem a organização do evento a partir do segundo dia, criando assembleias diárias que modificaram toda a lógica estabelecida. A plenária de encerramento marcou o compromisso da categoria com a classe trabalhadora e homenageou todos que lutaram contra a ditadura. (ABRAMIDES; CABRAL *apud* ABRAMIDES, 2016).

Após o III CBAS, tendências mais progressistas da categoria, reivindicando a condição de vendedores de força de trabalho e o estatuto de trabalhador, não apenas atrelaram seus objetivos profissionais aos interesses dos trabalhadores- assumindo em seu interior, a centralidade da classe operária- como também, buscaram organizar a categoria através da instituição de sindicato, assumindo um clássico modelo proletário. A porvindoura criação da Central Única dos

Trabalhadores (CUT) estimulou esse procedimento, e é importante destacar que apesar de todos os problemas que apareceram após a metade da década de 1980, os esforços para sindicalização da categoria deixaram saldos positivos. (ABRAMIDES; CABRAL apud NETO, 2009).

Netto (2009) destaca que é incontestável a saudável “politização” do III CBAS para a categoria, e que seus reflexos atrelados a mobilização social que reivindicava a derrota do regime ditatorial na década de 1980, foi largamente difundida entre os assistentes sociais, refletindo numa “partidarização” (quase a totalidade da vanguarda ou aderiu formalmente ao recém-nascido Partido dos Trabalhadores/PT ou adotou suas orientações).

O movimento de “intenção de ruptura” com o conservadorismo de aproximação com a lutas populares e sindicais impactaram no conjunto de conselhos da categoria (CFAS- antigo Conselho federal de Assistentes Sociais e CRAS- antigos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais), uma vez que vários assistentes sociais vinculados a entidades sindicais começaram a disputar as direções desses espaços. Desse modo, temos durante a década de 1980, uma mudança na condução da política do conjunto CFAS/CRAS que foi primordial, ao lado da Associação Brasileira de Ensino em Serviço (ABESS) e do movimento estudantil para aprovação do novo Código de Ética e para construção e aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Assim podemos ver a partir do movimento de “intenção de ruptura” um compromisso do Serviço Social com os interesses da classe trabalhadora que vão se expressar no arcabouço teórico-metodológico da profissão e em sua prática profissional, marcando o rompimento da categoria com conservadorismo, dando início um novo capítulo para a profissão que terá em seu horizonte o compromisso a consolidação da democracia, a superação da ordem burguesa, defesa da equidade e justiça social conforme expresso em seu Código de Ética de 1993.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AS ORGANIZAÇÕES POPULARES NA CONTEMPORANEIDADE

O Serviço Social brasileiro passa a partir da década de 1990 por um processo de solidificação das bases que fundamentaram o projeto ético-político da profissão. No entanto, paralelo a esses avanços temos o desenvolvimento dos processos de "reestruturação do capital" a sua crise estrutural, principalmente a que se apresentou no início dos anos de 1970 e que tiveram na acumulação flexível e nas políticas de ajustes neoliberais seus subsídios fundamentais. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Assistimos a partir dos anos de 1990, especialmente nos espaços institucionais que operam as políticas sociais, uma grande tendência de redirecionamento da perspectiva de organização e mobilização social, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte da subalternidade, procurando a legitimação das classes subalternas, do novo modelo de políticas sociais com fundamentos neoliberais. O neoliberalismo apadrinha a mercantilização das políticas sociais, deslocando para o setor privado os deveres do Estado no que se refere as políticas públicas, em detrimento das necessidades como direito; e aposta na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora, por meio de programas profundamente assistencialistas, mas que respondem mesmo que de forma incipiente, as necessidades das classes subalternas. (LOPES; CARDOSO, 2009).

Esse projeto se apresentou com uma barreira para o seguimento do avanço da perspectiva de emancipação em todo mundo ao desarticular as bases do movimento operário, a partir da reestruturação produtiva, das relações de trabalho e da ideologia neoliberal, que ataca os direitos que a classe trabalhadora conquistou durante anos de luta. (ANTUNES, 2006).

É importante destacar que as diretivas neoliberais não se implementaram sem resistência. O aumento de movimentos e conflitos de classe, na América Latina nas últimas décadas, por exemplo, nos permite verificar a exibição de mobilizações que apresentam as tensões classistas do mundo do trabalho e exibem a proliferação de diferentes sujeitos do antagonismo de classes. A partir desse cenário, podemos notar elementos semelhantes nas rebeliões populares e crises que mobilizaram as massas na

década de 1990 e 2000, em países como Equador, Argentina, Bolívia, México, Chile, Paraguai e Venezuela mostrando o protagonismo dos movimentos camponeses, indígenas e desempregados. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

É nesse contexto latino-americano que surgem as mobilizações das massas de junho de 2013, ressaltando os efeitos nocivos das políticas neoliberais para a reprodução da classe trabalhadora, atreladas a intensa mercantilização das cidades e a precarização das políticas sociais (principalmente educação e saúde), o desemprego, a superexploração da força de trabalho e a violência da classe dominante que apela sistematicamente ao extermínio policial. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Assim, visualiza-se forte protagonismo de movimentos urbanos, a exemplo o Movimento Passe Livre, os Comitês Populares da Copa, as greves dos trabalhadores que rompem com suas direções sindicais que se encontram em grande processo de desgaste (Garis no carnaval do Rio de Janeiro em 2014 e metroviários em São Paulo). Ressalta-se também as mobilizações dos atingidos por barragens nas denúncias das catástrofes ambientais do Pará, Minas Gerais e Paraná; a mobilização contra à desapropriação de terras do povo guarani no Mato Grosso; a mobilização de mulheres em diversos movimentos que vem combatendo a violência de gênero, o machismo e a regressão dos direitos; a mobilização dos jovens nas escolas públicas de São Paulo em 2015. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Diante desse cenário, podemos observar que ao passo que o sistema capitalista intensifica a exploração do trabalho, visualiza-se o aumento da desigualdade econômica e social, a desumanização das relações sociais, a deterioração do meio ambiente (que por vezes é irreversível), a classe trabalhadora tem suas condições de vida afetada e piorada entre outros desdobramentos. Esse conjunto de problemáticas foi e é desmascarado com mobilizações das classes subalternas que tomam a cena política requerendo respostas do poder público e das classes dominantes. Assim, o que a história tem nos mostrado é que o Estado se expandiu para gerenciar os conflitos entre as classes, buscando por um lado incorporar mecanismo de consenso e cooptação, por outro criminalizando a “questão social” e contendo a classe trabalhadora. (GONÇALVES; ALAGOANO, 2017).

No que se refere ao Serviço Social, a respeito das dificuldades criadas pela implementação e avanço do projeto neoliberal após a promulgação da Constituição

Federal de 1988, na década seguinte a profissão obteve conquistas significativas, a exemplo: a promulgação da Lei de Regulamentação da Profissão e o seu Código de Ética, ambos em 1993; a reformulação pela ABEPSS das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social em 1996. Ainda que imerso em cenário político, social e econômico adverso, o Serviço Social celebrava conquistas do trabalho desempenhado por seus/suas estudantes e profissionais, mostrando que a profissão apresentava melhores condições teóricas e técnicas para enfrentar a conjuntura difícil que se apresentava. (GONÇALVES; ALAGOANO, 2017).

É nesse cenário transformações e controvérsias que devemos compreender a relação dos Serviço Social com as lutas, mobilizações e movimentos sociais, seja na dimensão da intervenção, da produção do conhecimento ou da organização da categoria. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

No que se refere a produção de conhecimento e intervenção profissional vemos a partir da década de 1990, uma retração na tematização da relação do Serviço Social com os movimentos e organizações dos trabalhadores. Verifica-se que a partir desse período há pequena produção teórica sobre a temática, bem como das sistematização/relatos da prática profissional com esses segmentos. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Uma pesquisa realizada por Moro e Marques (2011) corroboram com essa constatação, na medida em que ao analisar as produções teóricas sobre Movimentos Sociais no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social nos anos de 1995 a 2008, verificou-se que a discussão sobre o tema apesar de conter uma grande pluralidade de pesquisa, ainda se encontra de forma oculta no debate profissional, uma vez que, ao menos no seu referencial quantitativo demonstra pouca visibilidade. Os dados da pesquisa mostram que de um total de 6.204 trabalhos publicados em ambos os eventos, apenas 237 versavam sobre a temática de movimentos sociais nesse período, representando apenas 3,82% do total.

No que tange a intervenção profissional é expressiva a ausência da categoria em organizações e associações próprias da classe trabalhadora, bem como tem se demonstrado ausência de vínculos sólidos com os movimentos sociais. No entanto, é mister ressaltar que alguns segmentos minoritários, identificados com as

lutas populares, vêm desenvolvendo experiências pioneiras, apesar de ainda restritas, na acessórias de movimentos sociais de trabalhadores, independentes da mediação das instituições do estado. (IAMAMOTO,2004).

No que diz respeito a dimensão das entidades representativas da profissão é indiscutível os compromissos éticos e políticos incorporados pelas entidades representativas do Serviço Social brasileiro, nessas últimas décadas, com os movimentos de lutas e resistências dos trabalhadores pelos seus direitos e pela construção de um projeto societário emancipador. Esse compromisso se materializa nas diversas campanhas temáticas do conjunto Conselho Federal de Serviço Social e do Conselho Regional de Serviço Social, nas publicações coletivas de manifestos e moções realizadas pelas entidades ou ainda nas parcerias com outras organizações e movimentos sociais. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir da década de 1990 vemos um processo de estagnação do trabalho do Serviço Social junto as organizações da classe trabalhadora, e conseqüentemente no projeto de emancipação política e humana, em decorrência, especialmente da forte influência da reestruturação produtiva sob a orientação das diretivas neoliberais no mundo, e no Brasil. No entanto, paradoxalmente, nesse mesmo cenário, são indicadas possibilidades de trabalho na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, hegemônica na formação profissional, como tendência que possibilita a indicação de algumas táticas de intervenção para reflexão e aprofundamento. Essas táticas podem ser utilizadas nos espaços de organização da classe trabalhadora, sejam instituições empregadoras da categoria ou em ambientes onde o profissional atua a partir de projetos organizativos vinculados a outros espaços com os quais se estabelecem vínculo como trabalhador assalariado. (LOPES; CARDOSO, 2009).

Dentre as táticas mencionadas pelas autoras citadas anteriormente temos: fornecer assessoria técnica e suporte político aos setores organizados da classe trabalhadora, na construção de mecanismo de luta e resistência, em todos os âmbitos da vida social; realizar junto aos trabalhadores atividades educativas que contribuam com o processo de organização das classes subalternas, afim de viabilizar a construção

de uma alternativa política (um projeto global concreto que vislumbre a transformação da sociedade); realizar um trabalho pedagógico com instituições de organização da classe trabalhadora, colaborando com as mesmas, para a criação e implementação de uma política que materialize a participação das massas que, pela prática concreta, se crie a necessidade de ultrapassar seus limites, para que de modo organizado, construa novas relações hegemônicas. (LOPES; CARDOSO, 2009).

Durigetto e Marro (2016) também apontam algumas estratégias para o fortalecimento vínculo profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais, dentre elas ressaltamos: o fornecimento de ações de assessoria em organizações e movimentos sociais; construção de estratégias de articulação entre os movimentos sociais e organizações para construção de ações conjuntas e trocas de experiências; participação profissional em conselhos de direitos e conferências; formação política e auxílio ao processo de auto-organização da classe trabalhadora; participação da categoria em diversos ambientes de organização coletiva dos trabalhadores e classes subalternas (partidos políticos de esquerda, movimentos sociais, frentes populares, lutas sindicais entre outras).

Essas perspectivas de pesquisa, inserção política e práticas profissionais junto aos movimentos sociais nos sintonizam com a esfera de luta e resistência dos trabalhadores, sendo estes aspectos fundamentais para darmos vitalidade ao nosso projeto profissional na contemporaneidade. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

CONCLUSÃO

A construção e estreitamento da relação do Serviço Social com os movimentos sociais não foi um processo linear, ao longo da história temos vários saltos e recuos que vão sendo delineados pela conjuntura histórica, social e econômica que estampa o plano de fundo desse processo.

O processo de renovação do Serviço Social e rompimento com o conservadorismo que marca o final da década de 1970 paralelo ao cenário de efervescência política e mobilização da classe trabalhadora demarcam o estreitamento dos laços dessa relação, marcando um novo capítulo para profissão que assume o compromisso com a classe trabalhadora política, teórica e legalmente.

No entanto, os ataques das diretivas neoliberais na década de 1990 afetam o

processo de mobilização da classe trabalhadora e marca um período de estagnação da relação do Serviço Social com os movimentos Sociais, o que vemos nas décadas seguintes é o enfraquecimento do trabalho do serviço social junto aos movimentos sociais em todos âmbitos, prática profissional, produção teórica e organização da categoria.

Desse modo, se mostra necessário e urgente o fortalecimento da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, uma vez que está nos sintoniza com a esfera de luta e resistência dos trabalhadores, e conseqüentemente com os valores e preceitos defendidos pelo Serviço Social.

REFERÊNCIAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil:: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ed. 127, p. 456-475, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

ANTUNES, Ricardo. Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, Lutas e Movimentos Sociais: a atualidade de um debate histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

GONÇALVES, Taciane Couto; ALAGOANO, Verônica Medeiros. **SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 1, ed. 1, p. 66-82, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/678/790>. Acesso em: 28 out. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://priscillaagapito.files.wordpress.com/2015/03/iamamoto-marilda-renovac3a7c3a30-e-conservadorismo-no-servic3a7o-social-ensaios-crc3adticos.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

LOPES, Josefa e CARDOSO, Franci. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009

NETTO, José Paulo. III CBAS: ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA A SUA CONTEXTUALIZAÇÃO. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: [s. n.], 2009. p. 15-42. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/beatr/Downloads/Jose%20Paulo%20Netto%20-%20Ditadura%20e%20servi%20social%20-%20Uma%20analise%20do%20servi%20social%20no%20Brasil%20pos-64.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro; OLIVEIRA, Natália Coelho de. Serviço social e movimentos sociais: história e reflexões sobre o amadurecimento teórico metodológico. **Revista Serviço Social em Debate**, [s. l.], ano 2019, v. 2, ed. 1, p. 143-157, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/beatr/Downloads/warllon,+Journal+manager,+5+Servi%C3%A7o+soci al+e+movimentos.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.